

**A nova imagem
das cidades africanas:**

**segregação nos planos urbanísticos e na
arquitetura de cidades subsaarianas**



Fábio Macêdo Velame

EtniCidades, PPGAU / UFBA

**Thiago Augusto
Ferreira da Costa**

EtniCidades, PPGAU / UFBA

A nova imagem das cidades africanas: segregação nos planos urbanísticos e na arquitetura de cidades subsaarianas

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão a respeito dos fenômenos estruturais que culminaram na elaboração de planos urbanísticos e arquiteturas, com segregação socioespacial e étnico-racial, em cidades da África Subsaariana que despontam atualmente como megacidades, grandes cidades e cidades globais. Para isso, de início, apresentam-se questões de histórico colonial, pós-colonialismo, pan-africanismo e filosofia africana que permeiam as discussões contemporâneas de urbanização e arquitetura africanas. Em seguida, são abordadas essas mesmas questões estruturais em discursos presentes em sete países africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Tanzânia, Quênia, Maurício, Gana e África do Sul), que ajudam a explicar aspectos étnicos, raciais, sociais e espaciais perpetuados no espaço urbano. Tais aspectos contam com exemplos de cidades desses países, onde superpopulação e altos investimentos estrangeiros no mercado imobiliário agravam efeitos segregatórios da população, não têm como meta a diminuição da pobreza, mantêm dependência com antigas metrópoles e criam amarras com novos imperialismos.

Palavras-chave: Cidades Africanas; Urbanismo; Segregação; Socioespacial; Étnico-racial; África.

La nueva imagen de las ciudades africanas: segregación en la planificación urbana y en la arquitectura de ciudades subsaharianas

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar una reflexión sobre los fenómenos estructurales que culminaron en el desarrollo de planes y arquitecturas urbanas, con segregación socioespacial y étnico-racial, en ciudades del África Subsahariana que actualmente emergen como megaciudades, grandes ciudades y ciudades globales. Para ello, inicialmente, se presentan temas de historia colonial, poscolonialismo, panafricanismo y filosofía africana que impregnan las discusiones contemporáneas sobre urbanización y arquitectura africanas. Estas mismas cuestiones estructurales se abordan luego en discursos presentes en siete países africanos (Nigeria, República Democrática del Congo, Tanzania, Kenia, Mauricio, Ghana y Sudáfrica), que ayudan a explicar los aspectos étnicos, raciales, sociales y espaciales perpetuados en el espacio urbano. Dichos aspectos cuentan con ejemplos de ciudades de estos países, donde la superpoblación y las altas inversiones extranjeras en el mercado inmobiliario agravan los efectos de segregación de la población, no tienen como meta la reducción de la pobreza, mantienen la dependencia de las antiguas metrópolis y crean lazos con nuevos imperialismos.

Palabras clave: Ciudades africanas; Urbanismo; Segregación; Socioespacial; Étnico-racial; África.

The new image of African cities: segregation in urban planning and Sub-Saharan city architecture

Abstract

The aim of this article is to present a reflection on the structural phenomena that culminated in the development of urban plans and architectures, with socio-spatial and ethnic-racial segregation, in cities in Sub-Saharan Africa that are currently emerging as megacities, large cities and global cities. For this, initially, issues of colonial history, post-colonialism, pan-Africanism and African philosophy that permeate contemporary discussions of African urbanization and architecture are presented. These same structural issues are then addressed in discourses present in seven African countries (Nigeria, Democratic Republic of Congo, Tanzania, Kenya, Mauritius, Ghana and South Africa), which help to explain perpetuated ethnic, racial, social and spatial aspects in the urban space. Such aspects count on examples of cities in these countries, where overpopulation and high foreign investments in the real estate market aggravate the segregation effects of the population, do not aim to reduce poverty, maintain dependence on old metropolises and create ties with new imperialisms.

Keywords: African Cities; Urbanism; Segregation; Sociospatial; Ethnic-racial; Africa.



Introdução

Países Subsaarianos têm as cidades que mais despontam no cenário internacional africano, devido a seus investimentos em polos tecnológicos, aliados a novos planos urbanísticos, bem como arquitetura contemporânea, inspirada em conceitos africanos. Apresentamos neste artigo um panorama de megacidades, grandes cidades e cidades globais de sete países Subsaarianos que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), estão entre aquelas em que a população urbana na África mais cresce. A princípio, a população mundial estimada para 2030 é de 8,6 bilhões de pessoas, um bilhão a mais do que os atuais 7,6 bilhões (Agência Brasil, 2017). O mesmo estudo aponta que nove países responderão por mais da metade desse crescimento, dentre eles, cinco africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Egito), além de três asiáticos (Índia, Paquistão e Indonésia) e EUA.

Ainda em 2030, dois terços da população mundial viverão em cidades, que produzirão 80% do PIB do planeta, com megacidades surgindo novamente na Ásia, na América Latina e na África (ONU, 2017). O aumento do custo de vida nesses superaglomerados é certo, bem como em metrópoles de pequeno e médio porte. No entanto, é nas cidades globais e tecnológicas onde ocorre a urbanização com altos investimentos, embora não sejam aquelas que mais crescem em população, segundo a ONU (2017). Por isso, trouxemos aqui algumas dessas cidades, que crescem cada vez mais segregadas social e espacialmente.

Os centros urbanos que mais crescerão na África serão as pequenas e médias cidades, com menos de um milhão de habitantes, que irão concentrar 62% da população urbana do continente africano (ONU, 2017). Portanto, dada a importância ambiental do continente e a sua fragilidade

**L
A
J
E**

v.2 n.2
p. 198-235
2023

ISSN: 2965-4904

na preservação dos biomas, torna-se necessária uma discussão sobre um possível planejamento urbano africano verde e mais sustentável para que essas cidades pequenas e médias não se tornem novos superaglomerados de pouca infraestrutura, como já ocorre em megacidades como Lagos e Kinshasa. Esse é o paradigma do urbanismo nas futuras cidades africanas que, no entanto, está sendo aplicado atualmente apenas nos núcleos de investimentos imobiliários e não nas periferias urbanas.

Como conceito, "megacidade" se refere àquelas muito grandes, em termos populacionais, não considerando outros aspectos. Já o termo "cidade global" é usado quando se faz uma análise qualitativa da cidade, referindo-se ao seu grau de influência sobre outros centros urbanos, inclusive internacionais (DECICINO, 2014). Assim, apresentamos um texto que inicia explicando as origens do que conhecemos hoje, de forma geral, por sociedades africanas, depois citando os países analisados (ver fig. 1), com suas respectivas trajetórias históricas e exemplos de seus projetos urbanos e arquiteturas mais importantes, iniciados a partir dos anos 2000. Dessa forma, questionamos: como passado e presente se relacionam no processo de urbanização de cidades africanas (grandes, mega e globais), que ampliam as desigualdades socioespaciais e étnico-raciais?

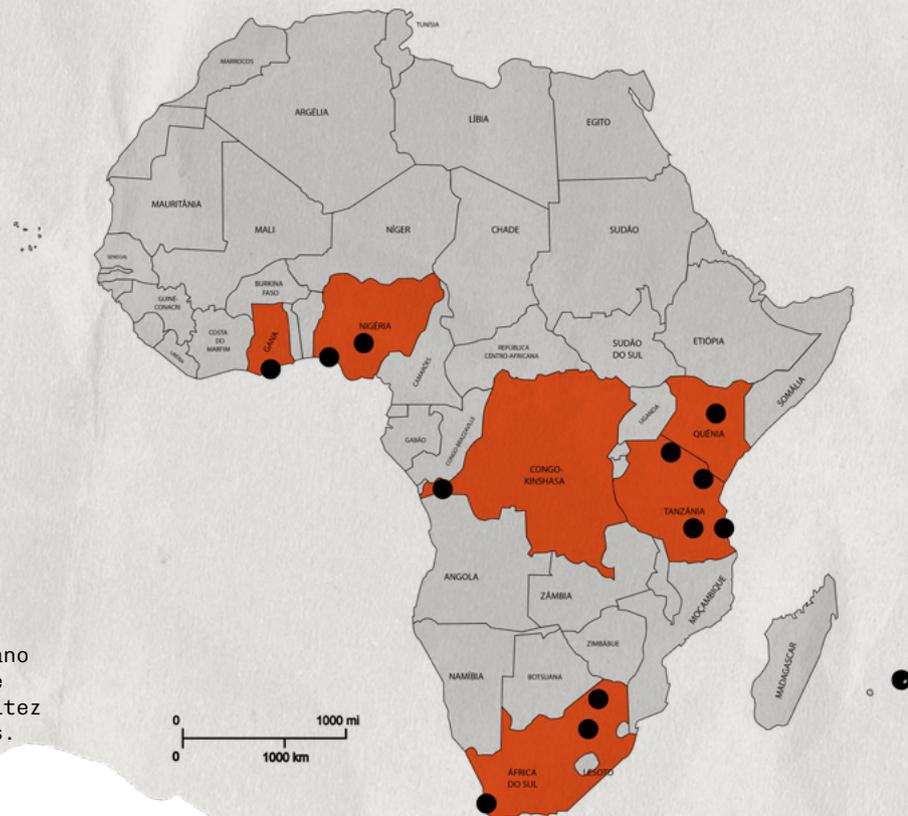


Figura 1: Continente africano e cidades estudadas em sete países. Fonte: Oswaldo Freitez (2023) adaptado dos autores.

Resgate das origens

Em geral, as sociedades africanas pré-coloniais dos séculos XVI ao XVIII eram hierarquizadas, centralizadas, baseadas na cobrança de impostos pelos vencedores sobre os povos vencidos e comandadas por elites familiares militarizadas (MACEDO, 2008, p. 95), embora coexistissem com organizações sociais não hierarquizadas autóctones, ainda hoje existentes. A posterior pobreza estrutural do continente pode ser explicada pelo tráfico de pessoas escravizadas, com início do intensivo deslocamento compulsório de pessoas a partir do século XVI, o que gerou a maior imigração forçada da humanidade e a dispersão sociocultural africana pelo mundo, conhecida como diáspora. Começava, então, a interferência europeia que marcou para sempre os rumos da África, chegando até mesmo à estagnação de sua população no século XVIII (MACEDO, 2008, p. 96).

A abolição da escravatura veio a partir da mudança do discurso cristão inglês que, agregado às ideias Iluministas, revolucionárias francesas e até mesmo da pós-independência norte-americana, expandiram o humanitarismo para os povos africanos, que até então eram subjugados pelo eurocentrismo. Via-se também a vantagem de uma população consumidora permanente na África e que pudesse beneficiar a matéria-prima antes da venda aos mercados europeu e norte-americano.

Segundo Macedo (2008, p. 97), colonialismo e imperialismo na África sustentaram a Segunda Revolução Industrial europeia do século XIX, dividindo a África entre as nações invasoras, no mapa, sem levar em conta qualquer territorialidade étnica secularmente estabelecida.¹ Duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) também exploraram forças de africanos, que lutavam nas frentes de batalha em prol de suas metrópoles. No pós-guerra, o surgimento de outra disputa, a Guerra Fria, alinhava interesses de capitalistas e socialistas sobre territórios ainda dominados no continente, de 1945 a 1960, quando enfim começaram os movimentos de independência dos países colonizados em África e Ásia.

A base ideológico-científica dessa dominação ocorreu a partir do racismo, no qual a pessoa africana foi desumanizada no período escravista e depois inferiorizada enquanto humana, mesmo após a abolição. Séculos de exploração e racismo resultaram em Estados africanos frágeis, com sucessivos regimes de exceção e dependentes do comércio internacional com suas ex-metrópoles, exceto na África do Sul (MACEDO, 2008, p. 173). No entanto, desde o século XIX, enquanto construção identitária do continente, ocorre a insurgência de uma filosofia africana e do Pan-africanismo, ideologia

que busca a união dos povos africanos como forma de potencializar a narrativa do continente internacionalmente.

A seguir, apresentamos exemplos de cidades de sete países africanos, de forma a contextualizá-los com a história das sociedades africanas apresentada acima, passando pela colonização europeia e por seus movimentos de independência e pós-independência. Esse processo histórico é essencial para que possamos entender como evoluiu o fenômeno da segregação socioespacial e étnico-racial nessas cidades.

Nova imagem das cidades africanas

Nigéria e projetos urbanos de Lekki, Eko Atlantic e Abuja

Lagos, na Nigéria, é uma megacidade de 21 milhões de habitantes (WPR, 2019), ultrapassando Cairo e Kinshasa como a maior do continente. Seu nome é devido aos colonizadores portugueses que, no século XV, saíram de Lagos (Portugal) e aportaram nessa região ao circundar a África em suas navegações exploratórias. Mais tarde, no século XIX, o colonialismo europeu colocou a Nigéria sob jugo de domínio inglês e seu governo indireto, feito com chefes locais e profunda segregação étnico-racial (KHAPOYA, 2008, p. 143).

O país tornou-se independente em 1960, mas mergulhou em uma guerra civil. Desde então alternavam-se, no comando da nação, governos civis democraticamente eleitos e ditaduras militares, sendo que apenas as eleições presidenciais de 2011 foram consideradas livres e justas (NOSSITER, 2011). Atualmente, o governo nigeriano conta com grandes investimentos internacionais para financiamento de grandes obras, sobretudo com capitais ingleses e norte-americanos.

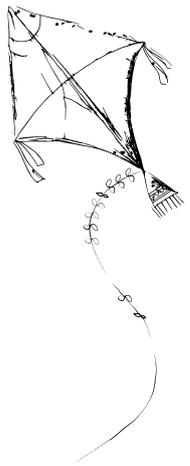
Lekki é uma cidade em construção desde 2008, a partir do Plano Massa de Lekki, projetada por escritórios de países árabes, como Emirados Árabes e Líbano, além de parceiros indianos, financiada por capital libanês, inglês (a partir do seu setor petrolífero, que pretende controlar essa atividade também na Nigéria), bem como capital do Banco Central da Nigéria e fundos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A iniciativa principal é do Plano de Desenvolvimento do Estado de Lagos que, até 2025, pretende tornar o estado um modelo de centro global, econômico e financeiro, seguro, funcional e produtivo (LSDP, 2013), inclusive com a formação de uma Zona de Livre Comércio em Lekki, em 2014.

Vizinha a sudeste de Lagos, situada sobre uma península de 80 km por 10 km, entre a grande Lagoa de Lagos e o Oceano Atlântico (Fig. 2), Lekki tinha até 2015 somente a primeira fase do projeto concluída, com a segunda fase em acabamento. Lekki abriga vários residenciais fechados, terras agrícolas, aeroporto e um porto marítimo, esses dois últimos em construção. Sob o título de "cidade ambiental azul e verde", essa cidade global espera acomodar mais de 3,4 milhões de pessoas, das classes média e alta, e uma população flutuante de pelo menos 1,9 milhões de pessoas, ou seja, de trabalhadores que habitam fora de Lekki (BALDWIN, 2019). A primeira fase do projeto foi implantada sobre a região que era anteriormente conhecida como Maroko, um bairro popular destruído em 1990 pelo governo militar de Lagos.

Outra cidade global nigeriana em construção desde 2007 na borda da capital é a chamada Eko Atlantic (Fig. 2), onde o nome *Èkó*, em iorubá, refere-se à própria cidade de Lagos. No entanto, assim como Lekki, Eko Atlantic não está sendo construída para a maioria da população lacobrigense. Foram toneladas de areia para criar um aterro na foz do canal que liga a grande lagoa ao oceano, sob o discurso de minimizar os efeitos da maré sobre o porto petrolífero de Lagos e de erguer a futurista "Dubai da África Ocidental". Novamente, mais um reduto de classes média e alta está sendo construído em arquitetura *hightech* (Fig. 2) e com *slogan* de cidade mais tecnológica do continente.

Apenas a 12 minutos de carro de Eko Atlantic, está Makoko (o que restou de Maroko),² uma ocupação sobre a grande lagoa, povoada por 100 mil pessoas (AGWU, 2015, p. 12), conhecida como "Veneza da África" (ver fig. 2). Remanescente de Maroko e engolida por Lekki, a resistente Makoko persiste em segregação forçada, mesmo estando praticamente no centro financeiro de Lagos. Ela se separa de maneira espacial, por ser um enclave de poucos acessos, e de maneira social, por abrigar pessoas de menor renda atraídas pela oportunidade econômica do grande centro. No entanto, assim como em outras tantas ocupações de Lagos, Makoko também é uma estratificação étnico-racial, pois serviu de alternativa à fuga da etnia Ogum do interior do país e do vizinho Benin, seja por conflitos da guerra civil que assolou a Nigéria, seja pela pobreza resultante do pós-colonialismo (MACEDO, 2008).

Abuja é a capital da Nigéria desde 1991, planejada para ocupar a região central nigeriana. Seu custo de vida é elevado e a cidade possui atualmente 400 mil habitantes (ABUJA, 2019). Em relação a outros centros urbanos do país, Abuja é considerada relativamente segura, pois há um cuidado muito grande das forças de segurança locais com os alertas que vêm das regiões norte e sul do país, incluindo constantes



ameaças de ataques terroristas. Por isso, é no distrito da Capital Federal que está sendo implantada a *Centenary City*, ou “Cidade Centenária” (Fig. 3), um projeto ambicioso do governo nigeriano e ao modelo de áreas verdes e vias rápidas, como Brasília, no Brasil, para construir uma “cidade inteligente”, assim como Eko Atlantic, contudo, bem longe dos “condenados da terra” (FANON, 1968, p. 175), de Lagos e da pobreza.

Figura 2: Lagos, Península Lekki, Ponta Eko Atlantic, Makoko e suas arquiteturas.



Fontes do mosaico: Lagos - <https://phys.org/news/2019-07-nigeria-lagos-atlantic-erosion.html> (2019); Eko Atlantic - <https://edition.cnn.com/2015/08/10/africa/eko-atlantic-gbenga-oduntan-conversation/> - Index.html (2021); Lekki - <https://lyt.co.za/project/lekki-mall/> (2021); Makoko - <https://eficienciaenergetica.blogspot.com/2014/06/escola-flutuante-em-makoko-1.html> (2021). Adaptações dos autores (2021).



Figura 3: Abuja, Centenary City e sua arquitetura.
Fonte do mosaico: <https://www.cecfz.com> (2021). Adaptações dos autores (2021).

República Democrática do Congo (RDC), Kinshasa e Cité du Fleuve

Kinshasa é a megacidade congolosa, com 12 milhões de habitantes (Fig. 4), dos quais 8 milhões vivem abaixo da linha da pobreza (ONU, 2018). Uma das causas disso é porque a RDC, que antes da independência (1960) era chamada de Congo Belga ou Congo-Leopoldville, sofreu o mais violento processo de colonização da África. Em 1878, essa região começou a ser explorada com entrepostos comerciais ao longo do rio Congo, sob ordens do rei belga Leopoldo II.

Na Conferência de Berlim, em 1885, conhecida como “Partilha da África” entre as potências europeias, Leopoldo II tinha forte influência político-financeira na Europa e recebeu o território congolês como possessão pessoal. Ele o governou de forma autoritária e com extrema brutalidade, inclusive amputando trabalhadores escravizados a fim de que isso horrificasse os demais e os obrigasse a trabalhar mais (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 89-109).

Em 1908, o “Estado Livre do Congo”, assim chamado por Leopoldo II, deixou de ser propriedade da coroa. Sua inescrupulosa colonização, em modelo de empresa, foi exposta na imprensa ocidental e causou espanto até mesmo entre outros países colonizadores (KHAPOYA, 2008, p. 144). Assim, a região foi transferida ao governo da Bélgica, passando a ser chamada Congo Belga.

Mesmo após uma superexploração colonial, principalmente na mineração, e posterior independência, a RDC sofreu com a ditadura de Mobutu Banga por 32 anos (1965-1997) – período em que o país se chamava Zaire. Apoiado militarmente pelos EUA, esse regime gerou uma guerra civil (a maior do mundo desde a II Guerra) entre as diversas etnias do país, confinadas dentro de um mesmo território outrora idealizado pela Bélgica. A imensa riqueza mineral da RDC foi também a sua maldição, pois os recursos naturais financiaram milícias, além de serem contrabandeados para países vizinhos. Enquanto isso, o povo congolês continuou sendo um dos mais pobres do mundo, explorado por rebeldes no trabalho pesado das minas e até mesmo com cerca de 10% da sua produção agrícola confiscada por milicianos (CARRANCA, 2013).

Apesar disso, um grande empreendimento para a classe média emergente do país está sendo construído desde 2008. Totalmente excluída da capital Kinshasa e de seu solo com 75% de ocupação irregular, Cité du Fleuve, ou "Cidade do Rio", encontra-se confinada em uma ilha, cercada pelas águas agitadas do rio Congo (ver fig. 5). A segregação social e espacial, nesse caso, dribla o grande conflito de terras que marca a expansão urbana da cidade de Kinshasa, pois não seriam necessárias desapropriações. No entanto, houve remoção de casas para a construção dos acessos à ilha pela margem do rio, sem nenhum ressarcimento às pessoas removidas.

Esses novos padrões de habitação, segundo empreendedores franco-indianos e chineses responsáveis pelo projeto, oferecerão aos moradores de Cité du Fleuve uma "cidade inteligente", global, com água de qualidade, gestão moderna de resíduos, segurança e sistemas de transporte, ou seja, raridades para a sociedade congoleza que habita fora dessa "ilha de prosperidade" (WAHBA; RANARIFIDY, 2018). Uma nova imagem de RDC está sendo construída (Fig. 5), bem longe da guerra étnica congoleza, da fome e das doenças, mas perto da principal via de escoamento da produção mineralógica que desce pelo rio Congo em direção aos países compradores.

Aos olhos de quem enxerga Cité du Fleuve a partir de Kinshasa, a inacessibilidade e a imobilidade social são nítidas. A arquitetura em formatos de castelos e fortes medievais conotam segurança, bem como o eclético dos edifícios de uma Europa caricata espantam da "Cidade do Rio" quaisquer possibilidades do fim do colonialismo.

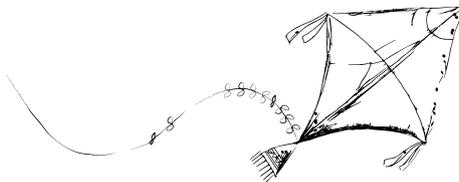


Figura 4: Kinshasa e seu urbanismo.



Fontes do mosaico: <http://www.saudeviajante.pr.gov.br/noticia/surto-de-colera-na-republica-democratica-do-congo-rdc> (2021); https://www.researchgate.net/figure/SOSAK-established-a-new-zoning-plan-for-the-city-province-of-Kinshasa-Source-SOAK_fig3_330423551 (2021). Adaptações dos autores (2021).

Figura 5: Cité du Fleuve e sua arquitetura.



Fontes do mosaico: <http://www.saudeviajante.pr.gov.br/noticia/surto-de-colera-na-republica-democratica-do-congo-rdc> (2021); https://www.researchgate.net/figure/SOSAK-established-a-new-zoning-plan-for-the-city-province-of-Kinshasa-Source-SOAK_fig3_330423551 (2021); https://www.researchgate.net/figure/The-Cite-du-Fleuve-project-Photo-courtesy-of-Cite-du-Fleuve_fig3_229603669 (2021); https://www.youtube.com/watch?v=aSxOXQWh-no&ab_channel=gannykilasu0ficiel (2021); <https://www.radiookapi.net/actualite/2011/04/15/kinshasa-nombre-d%25e2%2580%2599arteres-secondaires-du-centre-ville-en-piteux-etat> (2021). Adaptações do autor (2021).

Tanzânia, projeto da capital Dodoma, antiga capital Dar es Salaam e planos de Arusha para o safári

Tanganica, parte continental da atual Tanzânia, foi colônia alemã de 1880 até 1919, quando foi entregue ao Reino Unido por consequência da derrota da Alemanha na I Guerra Mundial. Zanzibar, parte insular tanzaniana, era um sultanato independente, que se tornou protetorado britânico na mesma época. A Tanganica, então, converteu-se independente, em 1962, e se uniu a Zanzibar, em 1964, para criar a República Unida da Tanzânia. O país possui uma equivalência entre cristãos e muçulmanos, mas também possui uma minoria de religiões tradicionais. São faladas mais de 100 línguas na Tanzânia, portanto, não há um único idioma oficial do país, apesar do suaíli ser utilizado no Parlamento e o inglês no comércio internacional e no turismo (FAUSTINO, 2016).

O primeiro presidente do país governou até 1985 em regime de "socialismo africano", uma das soluções encontradas à época para alguns países recém-criados e descapitalizados por conta de muitos anos de exploração europeia. A primeira eleição multipartidária do país foi em 1995. Atualmente, a Tanzânia conta com investimentos estrangeiros para a construção de grandes empreendimentos, sobretudo de capital chinês, australiano, norte-coreano e norte-americano (NAMKWAHE, 2019; HOTHAM, 2013).

Dodoma é a atual capital da Tanzânia e tem pouco mais de 2 milhões de habitantes (TNBS, 2013). Fundada por alemães, em 1907, a cidade deveria ser "a principal aldeia de uma nação de aldeias", segundo o pensamento dos fundadores, "em escala humana e para ser experimentada a pé" (FRIEDMAN, 2012). Apesar disso e seguindo o modelo colonial, a cidade foi construída segregada à aldeia nativa existente na região, com razão de ser uma cidade moderna tanzaniana.

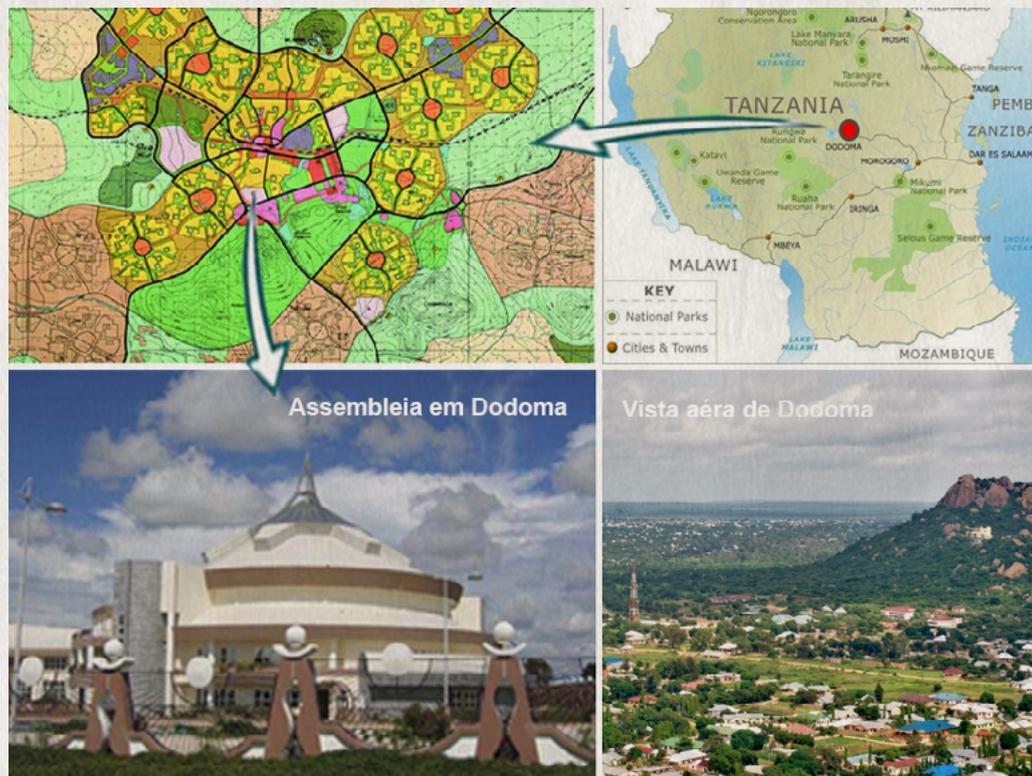
Atualmente, essa capital Dodoma é uma cidade de micropolos – *clusters* (Fig. 6) –, nos quais há vários centros de atração urbana, em maior parte de traçado orgânico e inspiração inglesa, como são, por exemplo, os atuais parques londrinos mais conhecidos. Seus princípios básicos seguem o modelo de cidade-jardim de Ebenezer Howard, com cinturões verdes separando zonas especializadas para moradores de média e alta rendas, comércio e indústria. No entanto, desde que se tornou capital, em 1974, houve muita resistência do Poder Público em transferir o governo nacional à Dodoma. Então, somente a Assembleia já foi mudada para o interior do país (BRITANNICA, 2019).



Segundo Beeckmans (2018), esse modelo modernista e segregador da capital tanzaniana foi inspirado em Brasília, como um projeto de construção de nação para cimentar uma identidade de independência. Assim foi na Nigéria (Abuja), Botsuana (Gaborone), Malauí (Lilongue) e Mauritânia (Nouakchott).

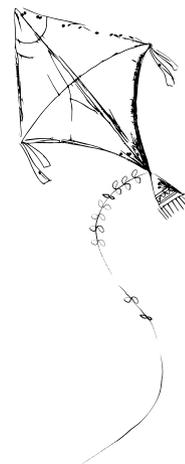
Antiga capital e ainda maior cidade da Tanzânia, Dar es Salaam tem 4,3 milhões de habitantes (TNBS, 2013). Esse centro urbano tem um plano de desenvolvimento que preza por turismo e sustentabilidade (Fig. 7), logo depois da Tanzânia ter passado por fraca integração com os mercados globais, o que, de certa forma, ajudou a isolar o país da recessão de 2008. No entanto, a recuperação vem acontecendo graças aos fortes setores de turismo, telecomunicações e bancários (LAGO, 2013, p. 44).

Figura 6: Tanzânia e sua capital atual Dodoma.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); https://www.researchgate.net/figure/Dodoma-masterplan-9_fig2_324938845 (2021); <https://escola.britannica.com.br/artigo/Dodoma/483219> (2021); <https://mapa.tur.br/vistos/tanzania/> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Dar es Salaam possui um planejamento urbano radial e de centralidades, ou seja, com vários distritos funcionando como "centros da cidade" (Fig. 7). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2015), no entanto, o crescimento recente da economia tanzaniana beneficiou poucos de seus habitantes e em Dar es Salaam não foi diferente, deixando de fora a maioria da população. A requalificação da orla da cidade, por exemplo, expulsou assentamentos tradicionais e verticalizou a região, assim como ocorreu ao longo do rio Msimbazi, com o pretexto de contenção das enchentes e implantação de um parque linear (Fig. 7).



Kigamboni City é uma cidade global tanzaniana (Fig. 7) ao sul de Dar es Salaam, cujo plano de desenvolvimento foi proposto em 2010 pelo governo da Tanzânia, em parceria com um escritório sul-coreano. As atividades propostas para a nova cidade são bem definidas espacialmente, como indústria, esporte, turismo, residência e educação, na insistência pelo modelo modernista atrelado ao automóvel e às grandes distâncias (Fig. 7). Na parte residencial, a distinção social acontece de acordo com a tipologia arquitetônica das casas, do médio ao alto padrão. De maneira similar à Eko Atlantic nigeriana e à Cité du Fleuve congolosa, Kigamboni City segrega-se espacial e socialmente da maior cidade do país, mesmo sendo adjacente a ela.

O apelo ao safári, atividade bastante lucrativa para a Tanzânia, devido aos seus parques nacionais de bioma savana, foi trazido para o litoral por meio de Kigamboni City. Espera-se, com isso, a busca pelo mercado internacional de imóveis como viabilidade desse projeto global, pois a maior parte do terreno é constituído por área residencial, projetada para abrigar até 500 mil pessoas. Como consequência, mais de 90 mil pessoas que viviam de suas atividades litorâneas foram reassentadas para longe do mar, como prática constante na Tanzânia, onde autoridades coloniais repatriam desempregados urbanos para o campo. Portanto, a divisão, que era mais étnico-racial na colônia (bairros europeus, indianos e asiáticos), atualmente é definida sobretudo pela renda (MOSHI; MSUYA; TODD, 2018, p. 18).

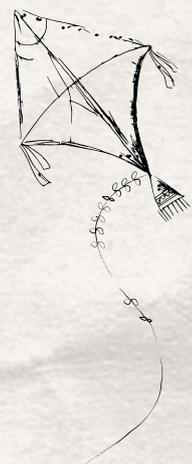
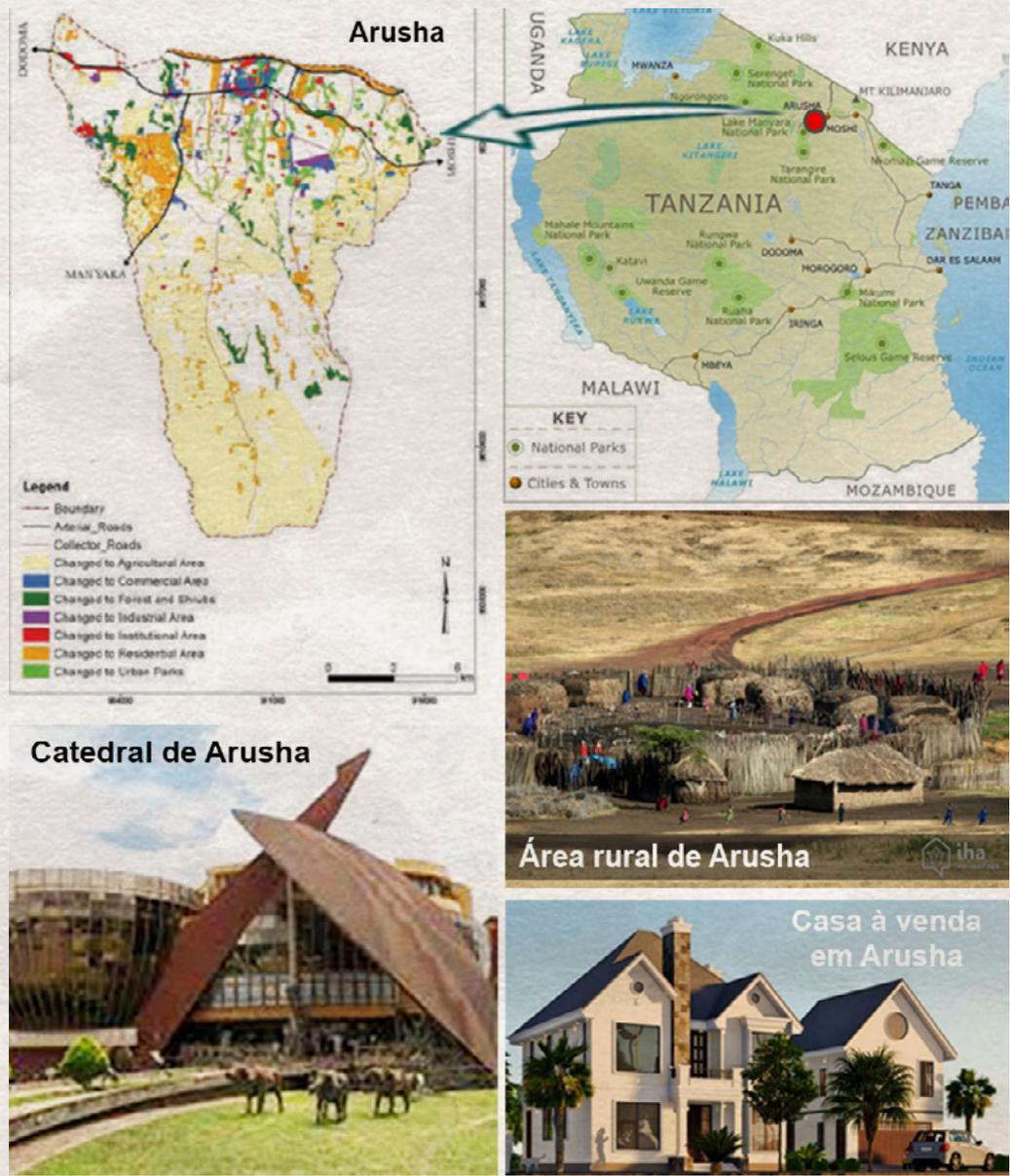
O que ocorre como divisão étnico-racial em Dar es Salaam também diz respeito aos lugares em que grupos de migrantes se estabelecem quando entram na cidade. A maioria deles tende a residir em casas de parentes e isto cria uma coesão social que, com o passar do tempo, torna-se impactante na divisão de assentamentos. Os bairros passam a se basear em etnia e laços familiares na cidade, como ocorre em Kitunda, ocupada por populações da região de Mara (Wakuryas), Kimara, ocupada por populações do Kilimanjaro (Chaggas) e Mbagala, ocupada por populações de Lindi e Mtwara (MOSHI; MSUYA; TODD, 2018, p. 3).

Figura 7: Tanzânia, a antiga capital Dar es Salaam e Kigamboni City.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); <https://pixabay.com/pt/photos/dar-es-salaam-porto-tanz%C3%A2nia-cidade-3887146/> (2021); <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21650020.2015.1045623> (2021); <https://www.ver.nl/projects-all/ecology/the-msimbazi-opportunity/> (2021); <http://www.aedhi.go.tz/kigamboni-new-city.html> (2021); <http://eaers.blogspot.com/2012/10/construction-of-tanzanias-bridge-over.html> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Figura 8: Tanzânia e a cidade de Arusha.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); <https://eo4sd-urban.info/earth-observation-supporting-the-assessment-of-urban-master-plans-in-tanzania/> (2021); <https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/modern-building-arusha-tanzania-art-gallery-376189798> (2021); <https://spacearchitects.co.tz/project/luxurious-family-home-arusha/> (2021); <https://www.br.iha.com/alugueres-casa-regiao-da-arusha/2C/> (2021). Adaptações dos autores (2021).



Já Arusha é uma cidade no interior da Tanzânia (Fig. 8), conhecida como “a capital turística verde” por estar localizada próxima às savanas tanzanianas e ao monte Kilimanjaro, ponto culminante da África. Espera-se um grande investimento no setor turístico dessa região de 1,7 milhões de habitantes (TNBS, 2013), principalmente vindos do Banco Mundial, EUA e China, o que causa grande especulação imobiliária tanto no centro quanto na periferia (OWENS, 2014, p. 2-5).

Essa cidade também é um importante centro diplomático internacional, pois abriga a Comunidade da África Oriental e, até 2015, sediou o Tribunal Penal Internacional. É, ainda, um centro multicultural, com população autóctone, árabe-tanzaniana e indiano-tanzaniana, além de uma pequena parcela europeia e minoria dos EUA. As religiões incluem o cristianismo, o islamismo, o sikhismo e o hinduísmo (TANZANIA, 2020).

Grandes empreendimentos turísticos (incluindo campos de golfe) estão ocupando vastas porções de terra em Arusha, maiores até mesmo do que assentamentos consolidados. Além disso, não há mais espaço para se construir na cidade, pois nas bordas estão as áreas rurais exploradas por redes comerciais. Com isso, estão havendo diversos conflitos com a população local, que se sente pressionada pelo avanço imobiliário que a está expulsando e encarecendo o valor das terras (OWENS, 2014, p. 2-5). Em vez de haver um planejamento participativo, segundo Owens (2014), o próprio governo compete com o setor privado pelo aproveitamento do potencial turístico.

Não por acaso, é nessa região que se planeja construir a cidade global de Safari City (Fig. 9), satélite à Arusha, “mais moderna e menos fracassada” do que a capital regional. Destinada à média e alta rendas, esse empreendimento apresenta uma diferenciação social bem definida pelo zoneamento, marcando onde cada população de cada faixa de renda deve morar. As ruas convergem para o centro, onde a volumetria enquadra o pôr do sol da savana e leva a uma espécie de “portão de Tebas”, uma clara referência à civilização africana egípcia como denotação de poder. No entanto, com 13 km de distância de Arusha, acesso exclusivo de automóvel e “veraneio de estrangeiros”, Safari City se distingue como uma cidade global que exclui os “sem estilo”.

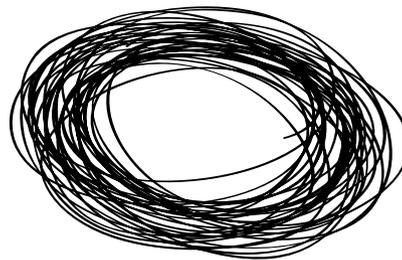


Figura 9: Tanzânia e a cidade de Safari City.



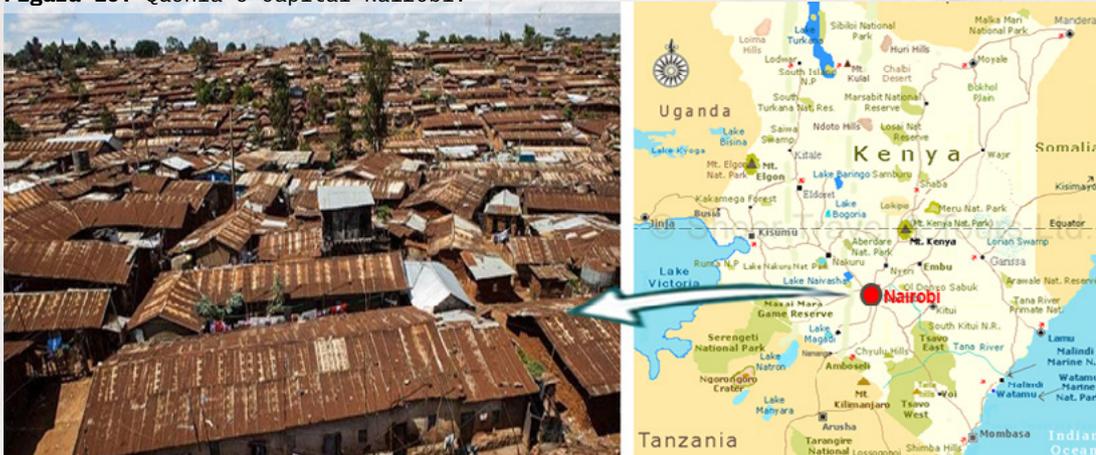
Fontes do mosaico: <http://www.michain.com/en/works/arusha-safari-city/> (2021); <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019); <http://www.michain.com/en/works/arusha-safari-city/> (2021); <https://br.pinterest.com/pin/493566440395192771/> (2021).
Adaptações dos autores (2021).

Quênia e os arredores da capital Nairóbi

O Quênia é formado por 47 diferentes povos, dos quais Bantus e Masai são predominantes. O país já foi protetorado britânico, desde 1895, com numerosas disputas entre ingleses e povos tradicionais até a subsequente declaração de independência, em 1963. Apesar disso, o Quênia só se tornou multipartidário a partir de 1991.

Nairóbi é a capital do país com 4,5 milhões de habitantes (WPR, 2019). A cidade foi fundada em 1899 por britânicos no caminho da ferrovia que liga Uganda ao Oceano Índico. Hoje é um centro de negócios, de cultura e de órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment).

Figura 10: Quênia e capital Nairóbi.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/361132463842747278/?lp=true> (2019); <https://www.viator.com/pt-BR/tours/Nairobi/Kibera-Slum-Guided-Tour-from-Nairobi/d5280-15254P27> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Sobretudo a partir de 1948, o Plano de Desenvolvimento de Nairóbi marginalizou a população de menor renda em prol de um zoneamento funcionalista, deixando de lado o bairro de Kibera (Fig. 10), por exemplo, à oeste da cidade, formando uma das maiores ocupações irregulares da África. Sua formação começou quando os britânicos autorizaram que soldados retornados de guerra ocupassem áreas residuais da linha férrea que atravessa Nairóbi. Assim como em outras grandes cidades africanas, os planos de desenvolvimento seguintes foram apenas "estratégicos" e privilegiaram o neoliberalismo na construção de uma "metrópole africana", em favor de um reforço da segregação socioespacial (NJERU, 2012).

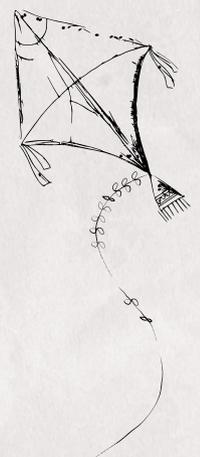
Konza Technological City, ou "Cidade Tecnológica de Konza" (Fig. 11), é uma das cidades globais quenianas – "Vale do Silício da África" –, criada em 2013 para competir com outras cidades, até mesmo do próprio país, na busca pelo capital estrangeiro com viés tecnológico. Esse fenômeno é comum atualmente, sobretudo na África Subsaariana.

A atração de capitais americanos, europeus e chineses pelo Quênia rapidamente adquiriu um terreno a 60 km de Nairóbi, a caminho da cidade portuária de Mombaça. No entanto, os investidores não contavam com a disputa étnica pela terra, comum no processo pós-colonial dos países africanos, mas que acabou atrasando o início das obras de Konza.

O projeto acabou frustrado pela competição com outra cidade a pouco mais de mil quilômetros dali, mas de idêntica proposta, que ofereceu melhores condições aos investidores: Kigali, capital de Ruanda. A propósito do projeto, Konza City trouxe como escopo o afrofuturismo, a "cidade inteligente", o pôr do sol na savana, a setorização baseada em eixo, a arquitetura contemporânea (*hightech* e paramétrica), além de corredores ecológicos para a biodiversidade. Esse projeto também inclui, a cargo de um posicionamento neoliberal, uma zona de bloqueio verde de 10 km de largura a fim de coibir a formação de novos assentamentos residenciais atraídos pela oportunidade de emprego e renda (DATTA; SHABAN, 2017).

Tatu City, outra cidade global queniana (Fig. 11), fica 24 km ao nordeste de Nairóbi. Com capital queniano, neozelandês, britânico e americano, essa cidade está desenvolvendo um projeto urbanístico descentralizado e de uso misto desde 2013 para atrair a elite local do agronegócio sulista do Quênia. Bairros pequenos e com segurança privada, reserva ambiental e diversas limitações quanto ao estilo arquitetônico põem à mostra a fuga da elite por causa dos conflitos étnicos pela terra no Quênia moderno.

Figura 11: Quênia e os planos Konza e Tatu.



Fontes do mosaico: <https://br.pinterest.com/pin/361132463842747278/?lp=true> (2019); <https://www.linkedin.com/company/tatu-city-limited/?originalSubdomain=br> (2021); <http://www.mwendengao.com/2015/09/16/are-developments-like-tatu-city-a-sign-of-kenyas-evelopment/> (2021); <https://www.cio.co.ke/digital-media-hub-at-konza-technopolis-to-generate-47000-jobs-for-kenya/> (2021); <https://konza.go.ke/2017/07/13/konza-technopolis-to-have-2000-m3-water-daily-from-nol-turesh-water-company/> (2021). Adaptações dos autores (2021).

Maurício, planos urbanísticos no meio do Oceano Índico

Entre África e Ásia, em meio ao Oceano Índico, estão localizadas as ilhas Maurício, um arquipélago formado por Maurício, Rodrigues e outras ilhas menores, além de territórios reivindicados por britânicos e franceses. Um deles é Diego Garcia, que possui uma base militar norte-americana. Construída com autorização do Reino Unido, durante a Guerra Fria, essa base obrigou a remoção de cerca de 1.200 habitantes autóctones, que foram mandados para países vizinhos, incluindo Maurício, onde atualmente vivem em ocupações irregulares (TKACH; AMANPOUR, 2013).

Atual rota de navios turísticos e cargueiros de todo o mundo, Maurício foi colonizada por franceses, no século XVIII, e por britânicos, no século XIX, que fizeram prevalecer seus idiomas, além do crioulo mauriciano, similar ao francês. Port Louis é a capital (Fig. 12) com mais de 150 mil habitantes (WRP, 2019), muitos dos quais chineses e indianos, que trouxeram consigo as religiões hinduísta, budista e islâmica.

Port Louis busca na especulação imobiliária de sua orla uma imagem europeizada. Um exemplo é o *Le Caudan Waterfront*, ou "Caudan Beira-mar", onde até mesmo o local que servia de desembarque de indianos escravizados, no século XIX, se tornou parque de diversões. O aumento do preço das terras forçou habitantes costeiros a migrarem rumo ao interior. Muitos desses – hindus veganos ou islâmicos, portanto, que não se alimentam de suínos –, foram obrigados a constituir fazendas de criação de porcos e peixes, estes últimos retroalimentados pelos dejetos suínos e que, por isso, tampouco servem ao consumo de quem se alimenta de peixe, como os muçulmanos.

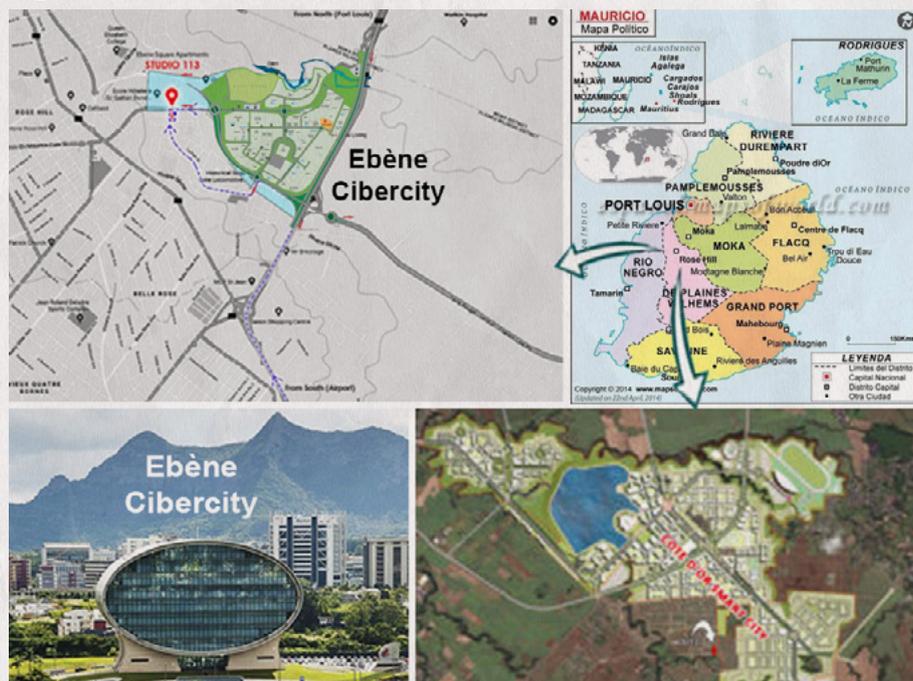
Ebene Cybercity, ou "Ebene Cidade Tecnológica" (Fig. 13), é uma cidade global mauriciano a 15 km ao sul da capital. Sua construção começou em 2001 pelo governo nacional com o intuito de servir de elo internacional ao comércio entre África e Ásia, sobretudo com investimentos indianos e sul-africanos na região. Ebene possui uma ocupação estritamente comercial, ou seja, não prevê residências (SCHUETZE, 2016). Para isso, outra cidade está sendo criada bem ao lado, a Côte d'Or City, ou "Cidade da Costa do Ouro", um grande condomínio fechado que contribui ainda mais para a segregação socioespacial das classes média e alta.

Figura 12: Maurício e a capital Port Louis.



Fontes do mosaico:
<https://br.pinterest.com/pin/235102043031727341/?lp=true> (2019); <https://www.mdpi.com/2624-6511/1/1/4/htm> (2021); <https://www.makemytrip.com/travel-guide/mauritius/downtown-port-louis-hollywood-connection.html> (2021); https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g293817-d472660-r471122620-Le_Caudan_Waterfront-Port_Louis.html (2021).
 Adaptações dos autores.

Figura 13: Maurício e os planos para Ebene e Côte d'Or City.



Fontes do mosaico:
<https://br.pinterest.com/pin/235102043031727341/?lp=true> (2019); https://www.gites.fr/gites_studio-113-ebene-square-apartments-ebene_ebene_h2852022_en.htm (2021); <https://www.dguideapp.com/guide/details/Ebene%20CyberCity.html> (2021); <http://www.propertydeal.mu/properties/1-arpent-commercialresidential-land/> (2021); <https://www.lemauricien.com/actualites/cote-dor-smart-city-date-limite-28-fevrier/171372/> (2021).
 Adaptações dos autores (2021).

Gana: diversos planos urbanísticos na “Estrela Preta” da África

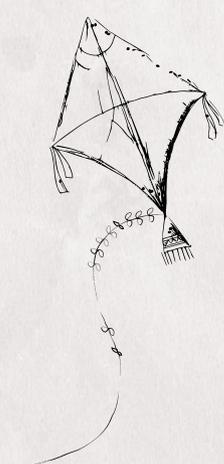
Marcus Garvey, ativista político, editor, jornalista, empresário e orador jamaicano do início do século XX foi o pan-africanista que idealizou a companhia “Estrela Negra”. Comprometido com o desejo de garantir a independência financeira dos afro-americanos, Garvey lançou vários negócios nos EUA. Eram fábricas, supermercados, restaurantes e editoras com empregos para pessoas negras, além de uma vinícola de frutos etíopes, bem como uma empresa de transporte de passageiros: a *Black Star Line* ou “Linha Estrela Preta” (ligação naval entre América do Norte e África). Garvey idealizava a volta dos africanos da diáspora e seu esforço foi homenageado na bandeira de Gana com a Estrela Preta.

Inspirado no garveísmo, filho da terra de Gana, N’Krumah foi também um pan-africanista e não poupou esforços até ver a nação ganesa independente do Império Britânico. Em 1956 ele estabeleceu um governo de inspiração socialista, cujo nome Gana se deu em homenagem ao grande império pré-colonial do oeste africano. Deposto N’Krumah, em 1966, Gana teve governos que alternaram golpes de Estado até 1992, quando ocorreram as primeiras eleições livres. Em 2019, Gana foi uma das economias de crescimento mais acelerado no mundo (FRÖHLICH, 2019).

Acra é a capital do país com 2,5 milhões de habitantes (WPR, 2019), no entanto, congestionada, atingida por alagamentos e poluída com toneladas de lixo ilegal oriundo de países centrais. Apesar disso, a cidade possui diversos empreendimentos financiados por capitais nacionais e estrangeiros, sobretudo britânicos, que fazem parte do Plano de Desenvolvimento Urbano da capital. Dentre esses projetos estão: Villaggio Vista (conjunto de edifícios próximos ao aeroporto), Gold Coast City (edifício de uso misto), Aerotropolis (nova cidade-aeroporto multifuncional, na região de Acra), Ningo-Prampram (projeto de cidade feito por escritório holandês, na região de Acra) e Marina Drive (requalificação do centro da capital) (Fig. 14).

A desvalorização do tecido urbano de Acra por “classes indesejadas” pelas classes média e alta ganesas, vendedores informais (ainda que constantemente removidos de um local a outro pelo governo), desabamentos, alagamentos e congestionamentos criaram o desejo de fugir da cidade e de seus problemas cotidianos. Por isso, outros dois empreendimentos ao redor da capital estão surgindo: Hope City, ou “Cidade da Esperança”, e Appolonia (Fig. 14). O primeiro, um centro tecnológico, residencial e comercial, imita a formação aldear da arquitetura tradicional da África Ocidental, bem como se

Figura 14: Planos urbanísticos da Grande Acra.



Fontes do mosaico: <https://destinia.com/en/h/h297626-hotel-kempinski-gold-coast-city> (2021); <https://www.adjaye.com/work/marine-drive/> (2021); <https://alucobond.com.sg/villaggio-vista-commercial-office-acra-ghana/> (2021); <https://luxuryvillas.com.ng/properties/appolonia-city-21st-century-tema-ghana/> (2021); <http://www.newtowninstitute.org/spip.php?article1146> (2021); Google Maps (2019). Adaptações dos autores (2021).

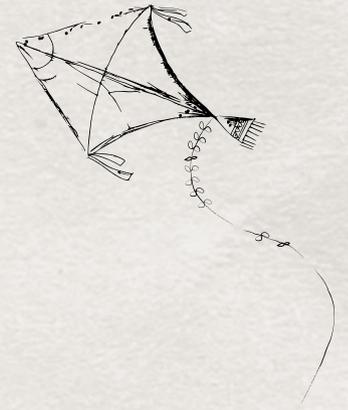
baseia no mito dos Seis Guerreiros do antigo Império de Gana, formando seis luxuosas torres. O segundo é uma cidade global para a classe média, longe do centro urbano de Acra, mas que investe em determinada medida na melhoria da população preexistente como reparação, construindo, por exemplo, uma escola e um hospital de pequeno porte. Ambas as cidades têm grande investimento particular nacional e europeu.

Acra possui, ainda, três grandes assentamentos étnicos (Shlabu, Chorkor e Ga Mashie), quatro grandes ocupações irregulares (Old Fadama, Abuja, Avenor e King Shona), bem como três outros assentamentos que foram adquiridos pelo governo para regularização (Sabon Zongo, Nima e Maamobi). Essa é uma realidade oposta aos empreendimentos de alto padrão da cidade, como Gold Coast City e Marina Drive (Fig. 15).

Essa segregação em Acra gira em torno do interesse das classes média e alta de Gana (30% da população) de se isolarem em novas oportunidades de negócio. Enquanto isso, exclusão e inacessibilidade são destinadas às classes de menor renda, aquelas mais vulneráveis aos conflitos étnicos que sucederam a partilha de terras comunais do pós-colonialismo. Sem alternativa, essa parcela da população (70%) se concentrou em assentamentos precários, que muitas vezes se caracterizam por homogeneidade étnica, como Ga Mashie ou, ainda, os Tabons. Esta última comunidade, inclusive, é formada por ex-escravizados, retornados a Gana durante os conflitos do Império brasileiro, mantendo tradições do Brasil do século XIX. Apesar do português ter se perdido, a influência brasileira ainda é evidente na culinária, na religião e em diversos nomes, além do próprio termo "Tabom", surgido da expressão "tá bom!" (VILELA, 2018).



Figura 15: Planos urbanísticos e assentamentos em Accra. Fontes: Adaptado e traduzido pelos autores (2019), de Awal e Paller (2016).



África do Sul, terra dos “Cinco Grandes” e dos novos projetos urbanísticos

Conhecida como terra dos “Cinco Grandes”, devido à sua rica fauna de grandes animais, como o leão, o búfalo, o elefante, o leopardo e o rinoceronte, a África do Sul é a segunda maior economia do continente, atrás apenas da Nigéria. Ademais, é o país com a melhor infraestrutura da África, além de ser um dos poucos onde não houve golpes de Estado e, atualmente, se constitui enquanto presidencialismo parlamentar.

A África do Sul teve um dos piores regimes de segregação racial do mundo, que durou de 1948 a 1994. O *apartheid* terminou no momento em que Nelson Mandela, que já era considerado nobre entre o povo Thembu, se tornou o primeiro presidente negro do país, depois de ficar 27 anos preso, devido ao seu engajamento em defesa dos direitos humanos (MACEDO, 2008; MAZRUI; WONDJI, 2010).

O país foi dominado, na época do colonialismo do século XIX, por britânicos e holandeses, estes últimos chamados Bôeres (colonos germânico-neerlandeses huguenotes). Ao longo desse domínio, 30% da população (branca) ficou com 83% das terras sul-africanas, enquanto 70% (negra) ficou com apenas 13% das terras, os chamados Bantustões. Em 1948, sob uma narrativa racista, começou a vigorar a lei do *apartheid*, quando os espaços públicos, residenciais, comerciais e industriais foram totalmente segregados de acordo com a cor da pele (MACEDO, 2008; MAZRUI; WONDJI, 2010).

Em 1970, na fase mais radical do regime, a cidadania sul-africana foi retirada de todos os habitantes dos Bantustões, ou seja, da população negra, subjugada a viver confinada em bairros e terras definidas legalmente, onde lhes eram exigidos passaportes para frequentarem as "áreas brancas". Privados de buscarem oportunidades em áreas mais industrializadas, a população negra ficou empobrecida (MACEDO, 2008; MAZRUI; WONDJI, 2010).

Faz 27 anos que o *apartheid* acabou, porém a segregação ainda é bastante evidente. No oeste do país, onde fica a Cidade do Cabo (capital legislativa), predomina a população miscigenada entre brancos e asiáticos (*coloured*) e o idioma africâner (derivado do holandês – Fig. 16). No leste e norte da África do Sul, onde ficava a maioria dos Bantustões e onde estão as cidades de Pretória (capital executiva), Joanesburgo e Bloemfontein (capital judiciária), há predomínio de idiomas tradicionais (Fig. 16) e população negra. Nos subúrbios de alta renda das grandes cidades e regiões rurais valorizadas, o predomínio é de população branca e idiomas inglês e africâner (MAZRUI; WONDJI, 2010).

É nesses subúrbios de luxo que estão sendo construídas as cidades globais sul-africanas. Entre Pretória (2,5 milhões de habitantes) e Joanesburgo (5,7 milhões de habitantes), que formam a megacidade "Jotora" (WPR, 2019), estão tomando corpo Waterfall State (Cidade da Cascata), Steyn City (Cidade do Steyn), Hazeldean, Menlyn Maine e Modderfontain (Fig. 16). Todos são empreendimentos que acumulam fundos de milionários sul-africanos com capital no exterior (como Steyn City e Menlyn Maine), além de capitais diretos europeus, japoneses, norte-americanos e chineses. São obras financiadas para alocações de grandes centros comerciais, hotéis, edifícios, indústrias de tecnologia avançada (principalmente eletrônicas e automobilísticas), além de vastas áreas de condomínios residenciais fechados de alto padrão (BUSINESSTECH, 2019).

Em Pretória apenas um dos grandes planos urbanísticos previstos está sendo executado em uma área de maioria de população negra: é o *Central Business District*

(CBD) ou "Zona Central de Negócios". Essa intervenção, onde ficam edifícios oficiais do governo sul-africano, patrimônios históricos e museus, pretende fazer uma regeneração cultural e comercial no centro da cidade, integrando terras públicas (por vezes, ociosas) com o centro financeiro de Pretória (Fig. 16).

Em Joanesburgo, como se pode ver acima (Fig. 16), há o maior resquício da segregação herdada do *apartheid*: o bairro de Soweto. De população homogeneamente negra, essa região concentra metade dos moradores da cidade. No entanto, é desconectada do restante da malha urbana por um vazio habitacional e por falta de vias de integração, nítidos no mapa. Apesar disso, em 1997, Soweto já era considerada uma região de classe média, mesmo que 10% de sua população vivesse ainda em ocupações irregulares à época (BRASILEIRO, 1997).

Em outra parte do país, a Cidade do Cabo, ao sul, possui um plano de desenvolvimento³ com o fim de integrar a cidade segregada por meio de avenidas, transporte público e uma proposta de comunidades em rede. A cidade possui também um plano habitacional⁴ com a finalidade de trazer moradores de menor renda para as áreas infraestruturadas do centro da cidade. No entanto, a herança do *apartheid* ainda é bastante evidente na divisão socioespacial e étnico-racial da cidade (Fig. 17).

Na Cidade do Cabo (Fig. 17), os bairros ao longo do Oceano Atlântico, mais valorizados por conta do turismo, são de maioria branca, assim como o norte da cidade. No "miolo" da malha urbana está a predominância de bairros *coloured*, de pessoas miscigenadas entre brancos e asiáticos. Nos subúrbios mais distantes, assim como era estipulado pela lei do *apartheid*, estão os bairros praticamente exclusivos de população negra, dentre eles Nyanga, que tem 98% de sua população de origem Bantu. A segregação nesse bairro, somada à sua falta de infraestrutura, alta taxa de desemprego (maior que 50%) e grande infecção pelo HIV, como consequência da vulnerabilidade social, fizeram de Nyanga também um dos bairros com maiores taxas de homicídios de toda a África, sobretudo pela ação do narcotráfico, cuja natureza violenta que caracteriza a venda de entorpecentes se aproveita das condições de risco da população para se expandir (SA NEWS, 2018).

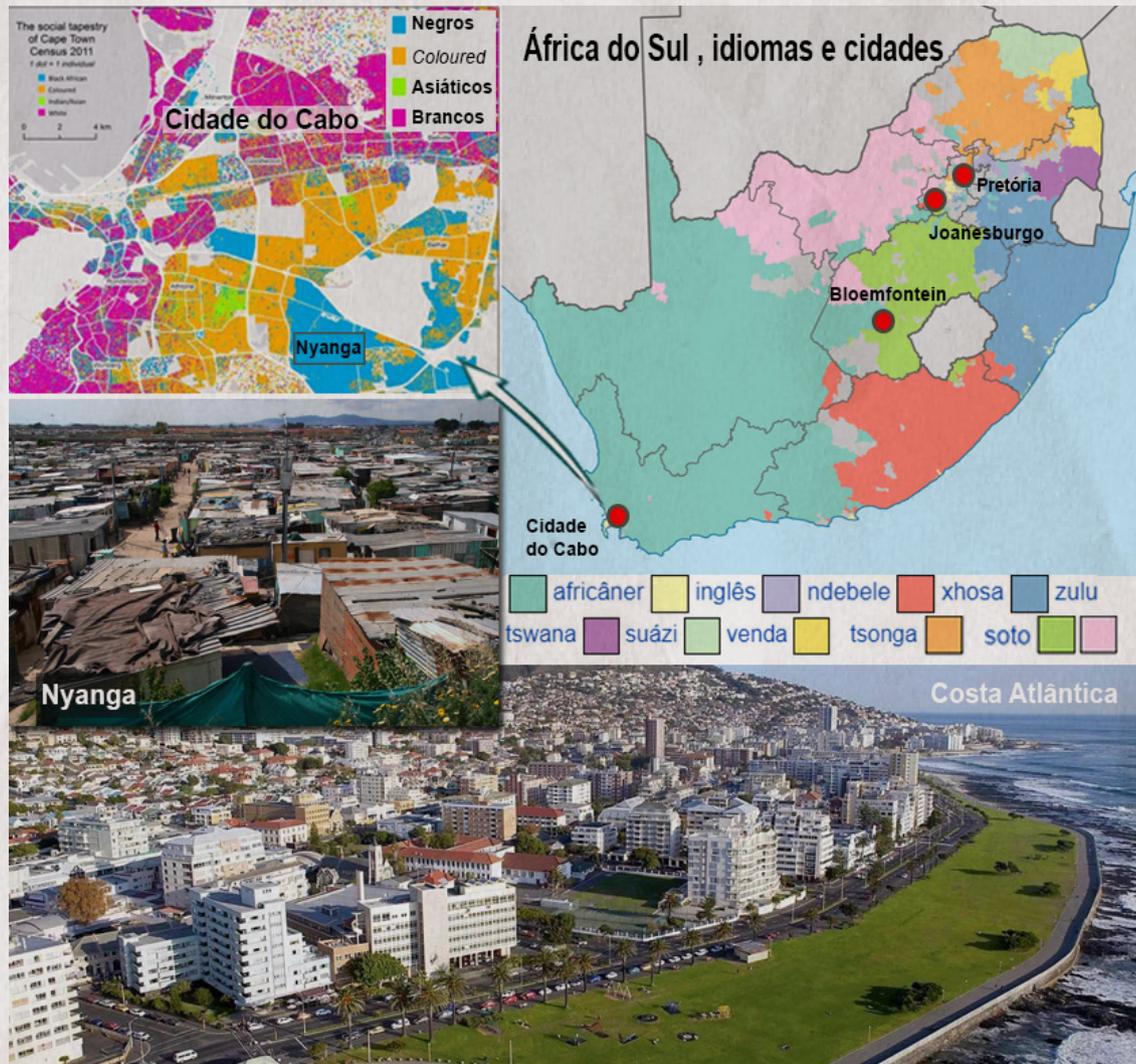


Figura 16: Segregação socioespacial, étnico-racial e projetos urbanísticos em “Jotória”.

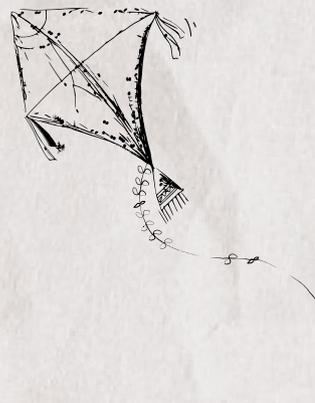


Fonte: Adaptado pelos autores, de Statistics South Africa (Stats SA), Serviço Sul-africano (2011); <https://www.alamy.com/stock-photo-city-cbd-at-sunrise-pretoria-city-of-tshwane-metropolitan-municipality-93197082.html> (2021); <https://www.cvent.com/venues/pretoria/hotel/maslow-time-square-menlyn-maine/venue-0af54953-8d17-47a5-8328-8e6e4a23e366> (2021); <https://www.globalafricanetwork.com/investment-projects/hazeldean-mixed-use-nodal-development/> (2021); <https://www.biznews.com/undictated/2015/12/08/how-the-world-sees-us-steyn-city-highlights-sas-divided-urban-society> (2021); <https://www.engineeringnews.co.za/article/chinese-outline-plans-for-mammoth-r84bn-modderfontein-city-2014-04-09> (2021); <https://www.afropolitan.co.za/articles/waterfall-estate-home-redefined-466.html>.

Figura 17: Segregação socioespacial e étnico-racial na Cidade do Cabo.



Fonte: Adaptações dos autores, de Statistics S. Africa (2011); <https://www.discoverafrica.com/safaris/cape-town/the-atlantic-seaboard/> (2021); <https://www.flickr.com/photos/robbert2010/5129120976> (2021).



Conclusão

Este artigo apresenta uma reflexão a respeito dos fenômenos estruturais que culminaram na elaboração de planos urbanísticos e arquiteturas com segregação socioespacial e étnico-racial em cidades da África Subsaariana que despontam atualmente como megacidades, grandes cidades e cidades globais. Para isso, de início, apresentam-se questões históricas que permeiam as discussões contemporâneas de urbanização e arquitetura africanas. Em seguida, são abordadas essas mesmas questões estruturais em discursos presentes em sete países africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Tanzânia, Quênia, Maurício, Gana e África do Sul), que ajudam a explicar aspectos étnicos, raciais, sociais e espaciais perpetuados no espaço urbano. Tais aspectos contam com exemplos de cidades desses países, onde superpopulação e altos investimentos imobiliários estrangeiros agravam os efeitos segregatórios da população.

Países africanos estão entre os que mais crescem no mundo em população. Por isso, o aumento do custo de vida nas cidades africanas é certo, inclusive em metrópoles de pequeno e médio portes. Além disso, como opção de entrada para uma economia de mercado globalizada, cidades tecnológicas com urbanização de ponta estão surgindo, principalmente na África Subsaariana, não tendo como meta a diminuição da pobreza, mas a fuga dessa condição. Alguns exemplos dessas cidades demonstram ambientes urbanos cada vez mais segregados social, espacial e étnico-racialmente de seu entorno, enquanto a vulnerabilidade social continua bem ao lado, sobretudo nos enclaves étnicos.

Dessa forma, passado e presente se relacionam no processo de urbanização de cidades africanas há séculos, ampliando desigualdades sociais e deixando a maioria da população em vulnerabilidade pela pobreza. Colonialismo europeu e escravização deixaram profundas consequências na sociedade africana, onde antigas rotas comerciais e núcleos urbanos foram destruídos ao longo dos últimos cinco séculos, bem como culturas foram intensamente modificadas e uma diáspora forçou milhões de africanos a se dispersarem pelo mundo, junto com todos os seus saberes e culturas. Com isso, principalmente na África Subsaariana, onde o islamismo não foi dominante para fazer persistir sua cultura, arquitetura e urbanismo tradicionais, as cidades do pós-independência tomaram o rumo ditado por suas antigas metrópoles europeias.

A superpopulação engrossou os processos urbanos de segregação socioespacial e étnico-racial, implantados ainda no colonialismo, em que a renda, a origem e as guerras étnicas fomentadas pelos imperialistas diziam onde a pessoa nascia (ou para onde migrava) e de onde não deveria sair. Mesmo depois das independências políticas dos anos 1960 com relação às metrópoles, ainda nos anos 2000 a maioria das nações africanas dependia do capital estrangeiro de seus antigos colonizadores. O que mudou foi a entrada do capital investido por novos imperialistas, como China e EUA, sobretudo para que cidades africanas começassem a despontar em cenário globalizado.

Atualmente os investimentos são focados em projetos "inteligentes", "sustentáveis", *hightechs* e neofuncionalistas, voltados às classes média e alta emergentes, mas seguindo a lógica da disputa pelo mercado africano, o que torna as cidades concorrentes entre si como empresas, ao modo de Konza City e Eko Atlantic. Frequentemente, esses empreendimentos-cidades nascem com valorização da savana, cores do pôr do sol e da retomada das "formas tradicionais" e aldeares, vistos em Safari City e Modderfontein.

Não se pode dissociar essa imagem a uma tentativa de criação de uma nova identidade africana, desassociada da fome e da pobreza, cujas imagens percorreram o mundo nos anos 1980 e 1990. Agora, o objetivo é atrair os olhares estrangeiros para uma nova África urbana, mais conectada com as suas origens e menos europeizada, pelo menos na aparência. No entanto, as amarras do novo imperialismo são mais fortes do que nunca, mostrando que o espaço urbano emergente não pertence aos "condenados da terra" (FANON, 1968, p. 175), mas a quem pode pagar por isso. Precisaria mesmo o continente africano desse tipo de planejamento para que as pessoas passem a ter mais infraestrutura e tudo o que têm direito na cidade? Espera-se que sejam colocadas em prática também as alternativas africanas para isso.



Notas

1 A Conferência de Berlim, entre 1884-1885, foi o inédito e ambicioso acordo para a partilha de um continente inteiro, ocorrido pelo acirramento da disputa europeia por espaços de influência na África (MACEDO, 2008).

2 Maroko era uma comunidade em Lagos, Nigéria, uma área de menor renda que atraiu grande número de imigrantes, uma vez que estava em grande proximidade com áreas economicamente ativas, no entanto, inundações e aterros de areia afetaram Maroko a partir de 1990, quando o governo de Lagos, Raji Rasaki, expulsou moradores de Maroko e demoliu a comunidade. Como narrativa, o governo disse que Maroko estava abaixo do nível do mar e precisava ser aterrada. Cerca de 300 mil pessoas perderam suas casas, sendo um dos maiores despejos forçados da Nigéria. Ex-moradores tentaram obter indenização na Justiça, mas não obtiveram êxito. Então, o que restou de Maroko foi Makoko, uma comunidade construída em palafitas, na lagoa em frente ao centro de Lagos, onde ainda vivem cerca de 100 mil pessoas na chamada “Veneza da África” (fonte: AGBOLA, T.; JINADU, A. N. Forced eviction and forced relocation in Nigeria: the experience of those evicted from Maroko in 1990. “Environment and Urbanization”, V. 9, N.º. 2, Oct. London: Sage Publications, 1997).

3 O Plano de Desenvolvimento Integrado da Cidade do Cabo (2017-2022), feito pela prefeitura do município, possui cinco diretrizes a fim de integrar a cidade no pós-apartheid: (i) cidade que cuida; (ii) cidade de oportunidades; (iii) cidade segura; (iv) cidade bem administrada e; (v) cidade inclusiva. Disponível em: <https://resource.capetown.gov.za/documentcentre/Documents/City%20strategies%20%20plans%20and%20frameworks/IDP%202017-2022.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

4 O Plano de Habitação Social (2017-2022), feito pela prefeitura de Cidade do Cabo, prevê alcançar as famílias com renda mensal de R\$ 950-R\$ 4.500, a saber que a renda média na África do Sul é semelhante à do Brasil. Disponível em: https://www.tct.gov.za/docs/categories/1313/TDA_Inner_City_Housing%20Prospectus%20Interactive%2028092017.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

Referências

ABUJA, Administração do Território da Capital Federal. **Facts**, 2019. Disponível em: https://web.archive.org/web/20120305215612/http://fct.gov.ng/index7732.html?option=com_content&view=article&id=45&Item-%20id=87. Acesso em: 15 fev. 2019.

Agência Brasil. ONU diz que população mundial chegará a 8,6 bilhões de pessoas em 2030. **Agência Brasil**, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-06/onu-diz-que-populacao-mundial-chegara-86-bilhoes-de-pessoas-em-2030>. Acesso em: 26 abr. 2019.

AGWU, P. **Makoko, Lagos, Nigeria: Restoring the Ecosystem Through Symbiotic Floating Structures**. Hampton, Virginia: Hampton University, 2019.

AWAL, M.; PALLER, J. **Who really governs urban Ghana?** Africa Research Institute, 27 jan. 2016. Disponível em: <https://www.africaresearchinstitute.org/newsite/publications/who-really-governs-urban-ghana/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BALDWIN, E. Masterplan do SOM na Nigéria começa a ser construído. **Archdaily**, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/911176/masterplan-do-som-na-nigeria-comeca-a-ser-construido>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BEECKMANS, L. **The Architecture of Nation-building in Africa as a Development Aid**

Project: Designing the capital cities of Kinshasa (Congo) and Dodoma (Tanzania) in the post-independence years. **Progress in Planning**, v. 122, 2018. p. 1-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.progress.2017.02.001>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASILEIRO, J. Soweto procura dar dignidade à miséria. **Folha de São Paulo**, 12 maio 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx120506.htm>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRITANNICA. Dodoma. **Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Dodoma>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BUSINESSTECH. A look at Steyn City's massive new R5.5 billion plan - which includes a beach. **Businessstech**, 30 out. 2019. Disponível em: <https://businesstech.co.za/news/property/350183/a-look-at-steyn-citys-massive-new-r5-5-billion-plan-which-includes-a-beach/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

CARRANCA, A. Congo: a maior guerra do mundo. **O Estado de São Paulo**, 20 out. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/congo-a-maior-guerra-do-mundo-imp/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

DATTA, A.; SHABAN, A. **Mega-urbanization in the Global South: fast cities and new urban utopias of the postcolonial state**. New York: Routledge, 2017.

DECICINO, R. Cidade global e megacidade - Conceitos definem tipos diferentes de centros urbanos. **UOL Educação**, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/cidade-global-e-megacidade-conceitos-definem-tipos-diferentes-de-centros-urbanos.htm?cmpid>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, O. A Tanzânia e o povo Massai. **Revista Raça**, 28 out. 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/a-tanzania-e-o-povo-massai/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FRIEDMAN, A. The Global Postcolonial Moment and the American New Town: India, Reston, Dodoma. **Journal of Urban History**, v. 38, n. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096144211428765> Acesso em: 26 abr. 2019.

FRÖHLICH, S. IMF World Economic Outlook puts Ghana in the lead. **DW**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/imf-world-economic-outlook-puts-ghana-in-the-lead/a-48356052> Acesso em: 28 jul. 2021.

HOTHAM, O. Tanzania won't deny N. Korea is providing military assistance. **NK News**, 16 ago. 2013. Disponível em: <https://www.nknews.org/2013/08/tanzania-wont-deny-n-korea-is-providing-military-assistance/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

KHAPOYA, V. B. **A experiência africana**. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAGO, J. **Africa South of the Sahara**. 4. ed. London: Routledge, 2013.

LSDP. **Lagos State Development Plan 2012-2025: Main Document**. Lagos: Ministry of Economic Planning and Budget, 2013.

MACEDO, J. R. **Desvendando a História da África**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C (org.). **História geral da África**, Vl. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MOSHI, I.; MSUYA, I. R.; TODD, G.. **Tanzania: National Urban Policies and City Profiles for Dar es Salaam and Ifakara**. Dar es Salaam: Centre for Sustainable, Health and Learning Cities and Neighbourhoods (SHLC), 2018. Disponível em: <http://www.centreforsustainablecities.ac.uk/wp-content/uploads/2018/10/Research-Report-Tanzania-National-Urban-Policies-and-City-Profiles-for-Dar-es-Salaam-and-Ifakara.pdf>. Acesso em 08 set. 2022.

NAMKWAHE, J. Why China has become leading foreign investor in Tanzania. **The Citizen**, 165 maio 2019. Disponível em: <https://www.thecitizen.co.tz/news/Why-China-has-become-leading-foreign-investor-in-Tanzania/1840340-5117574-hp6hykz/index.html> . Acesso em: 26 abr. 2019.

NJERU, J. 'Donor-driven' neoliberal reform processes and urban environmental change in Kenya: The case of Karura Forest in Nairobi. **Progress in Development Studies**, v. 13, n. 1, p. 63-78, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146499341201300105>. Acesso em: 26 abr. 2019.



NOSSITER, A. Nigerians Vote in Presidential Election. **The New York Times**, 16 abr. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17nigeria.html?pagewanted=1&r=1&hp>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Banco Mundial: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza**. UNIC Rio de Janeiro, 17 out. 2018. Disponível em: <https://unicrio.org.br/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **UNDP**. United Nations Development Program. 2015. Disponível em: <http://www.tz.undp.org/content/tanzania/en/home/about-us.html>. Acesso em: 08 jul. 2019.

OWENS, K. E. **Negotiating the City: Urban Development in Tanzania**. Dissertation (Doctor of Philosophy in Urban and Regional Planning - University of Michigan, Ann Arbor, 2014.

SA NEWS. South Africa News. Nyanga, Western Cape, is still the murder capital of South Africa. **The South African**, 11 set. 2018. Disponível em: <https://www.thesouthafrican.com/news/most-murders-in-south-africa-nyanga/> Acesso em: 26 abr. 2019.

SCHUETZE, C. F. Story of cities #48: Cybercity, Mauritius - a vision of Africa's 'smart' future? **The Guardian**, 23 maio 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/may/23/story-cities-48-ebene-cybercity-mauritius-vision-africa-smart-future>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TANZANIA, Tourist Board. **Arusha City**. 2020. Disponível em: <https://www.tanzaniatourism.go.tz/en/destination/arusha-city>. Acesso em: 06 abr. 2020.

TNBS. Tanzania National Bureau of Statistics. **Census, Population and Housing**. Population Distribution by Administrative Areas in March, 2013. Office of Chief Government Statistician President's Office, Finance, Economy and Development Planning Zanzibar and National Bureau of Statistics Ministry of Finance Dar es Salaam. Disponível em: https://www.nbs.go.tz/sensa/PDF/Census%20General%20Report%20%2029%20March%202013_Combined_Final%20for%20Print-%20ing.pdf Acesso em: 26 abr. 2019.

TKACH, A.; AMANPOUR, C. **They report on the hushed-up eviction of the indigenous people of Diego Garcia to make way for one of America's most strategic air and navy bases**. Add. YouTube, 28 out. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=486&v=lxVaolHnL1s Acesso em: 29 abr. 2019.

VILELA, M. Então Tabom: comunidade de ex-escravos retornados a Gana mantém tradições do Brasil do século 19. **National Geographic**, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/portfolio/2018/08/tabom-comunidade-escravos-gana-africa-brasil-lingua>. Acesso em: 28 jul. 2021.

WAHBA, S.; RANARIFIDY, D. **Re-awakening Kinshasa's Splendor Through Targeted Urban Interventions**. World Bank Blogs, 20 set. 2018. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/africacan/re-awakening-kinshasas-splendor-through-targeted-urban-interventions>. Acesso em: 26 abr. 2019.

